



Relatório Anual
de Informações **2025**

www.previrb.com.br

Sumário

Para acessar cada seção do relatório, clique nos números abaixo.

- 1.** Introdução
- 2.** Investimentos
- 3.** Benefícios
- 4.** Administração
- 5.** Anexos
- 6.** Glossário



Sumário



CAPÍTULO 1

Introdução

Mensagem da Diretoria - 04

Principais Números e Indicadores - 06





Mensagem da Diretoria



A missão da Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB) é proteger o futuro de nossos Participantes, tanto na acumulação de patrimônio quanto no pagamento de benefícios. Mas, as iniciativas da Diretoria Executiva vão além da complementação de renda — elas baseiam-se em uma visão estratégica voltada ao cumprimento de compromissos previdenciários, com responsabilidade e transparência.

Muitos são os agentes que nos acompanham ao longo dessa jornada, razão pela qual este momento se mostra especialmente oportuno para o registro de agradecimento a todos os nossos Parceiros, Colaboradores, Patrocina-

dores, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos Comitês.

Importante mencionar que, em 2025, houve uma alteração na nossa Diretoria Executiva, conforme previamente noticiado por meio dos canais oficiais de comunicação: em junho, Thiago Gomes do Carmo assumiu o cargo de Superintendente Geral, sucedendo João Bosco Quadros Barros, a quem agradecemos pelos 13 anos de dedicação e relevantes contribuições à PREVIRB. Thiago une esforços aos diretores Marcel Leal da Silva (Diretor Financeiro e de Investimentos) e Leonardo Mariano Baptista (Diretor de Benefícios).



Embora a dinâmica não seja a mesma, considerando especialmente as particularidades de cada exercício, os desafios estarão sempre presentes em nossa atuação. Em 2025, alguns fatores merecem ser destacados.

O cenário econômico brasileiro mostrou-se resiliente. Mesmo com juros elevados e volatilidade global, os fundamentos estáveis permitiram que os planos da PREVIRB mantivessem uma trajetória sólida de resultados:

- O **Plano Previdencial A** manteve sua consistência e equilíbrio atuarial, com destaque para a distribuição de superávit em curso e o pedido de nova distribuição em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC);
- Já o **Plano Previdencial B** beneficiou-se de ajustes na gestão que potencializaram retornos, com expressiva valorização das cotas do grupo de ativos; e
- Quanto ao **Plano de Gestão Administrativa (PGA)**, a rentabilidade situou-se ligeiramente acima da meta estabelecida.

Para 2026, os desafios incluem a normalização da política monetária e incertezas externas. Contudo, seguimos confiantes em nossa governança e na disciplina de investimentos para fortalecer a solidez dos Planos e proteger o patrimônio dos Participantes.

A Diretoria Executiva permanece motivada a elevar ainda mais o desempenho da Fundação. Neste Relatório Anual de Informações (RAI), apresentamos os principais indicadores e resultados de 2025 nas gestões de investimentos, previdenciária e administrativa. Agradecemos a confiança de todos os nossos Participantes e desejamos uma excelente leitura.

Atenciosamente,

A Diretoria Executiva

Thiago Gomes do Carmo,
Superintendente Geral

Leonardo Mariano Baptista,
Diretor de Benefícios

Marcel Leal da Silva,
Diretor Financeiro e de Investimentos



Principais Números e Indicadores 2025

Os números e indicadores a seguir apresentam os principais resultados do Plano Previdencial B da PREVIRB em 2025, permitindo acompanhar o pagamento de benefícios, o número de Participantes, a situação financeira e o desempenho dos investimentos.

R\$ 195,3 milhões

Total de Benefícios e Institutos Pagos



Benefícios e Institutos do Plano Previdencial B

Plano B

R\$ 25,3 milhões





Participantes

Plano B



Superávit do Plano Previdencial B





Rentabilidade Acumulada no Ano

	Plano B
Rentabilidade	13,49%
Inflação + Meta Atuarial*	7,81%
Índice de Referência (CDI)	14,31%

*3,76% a.a. (janeiro a novembro) e
3,79% a.a. (dezembro)



Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 2

Investimentos

Gestão dos Investimentos - 10

Demonstrativos dos Investimentos - 11

Gestão Terceirizada - Fundos - 19

Política de Investimentos - 20



Gestão dos Investimentos



O principal objetivo da gestão dos investimentos de um fundo de pensão consiste sobretudo em assegurar a solvência de longo prazo e, ao mesmo tempo, garantir o fluxo de pagamentos das obrigações previdenciárias imediatas e de curto prazo.

No **Plano de Contribuição Variável (CV) – Plano Previdencial B**, busca-se atingir e/ou superar o índice de referência definido em sua Política de Investimentos, correspondente a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em relação à gestão das despesas administrativas dos Planos de Benefícios, a

PREVIRB a executa através de seu **Plano de Gestão Administrativa (PGA)**, que tem como meta de retorno atingir e/ou superar a variação do CDI.

A Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e suas alterações, confere as diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O artigo 5º da referida Resolução dispõe que: “a aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos”.



Demonstrativos dos Investimentos



Resultado dos Investimentos

Plano de Contribuição Variável - Plano Previdencial B

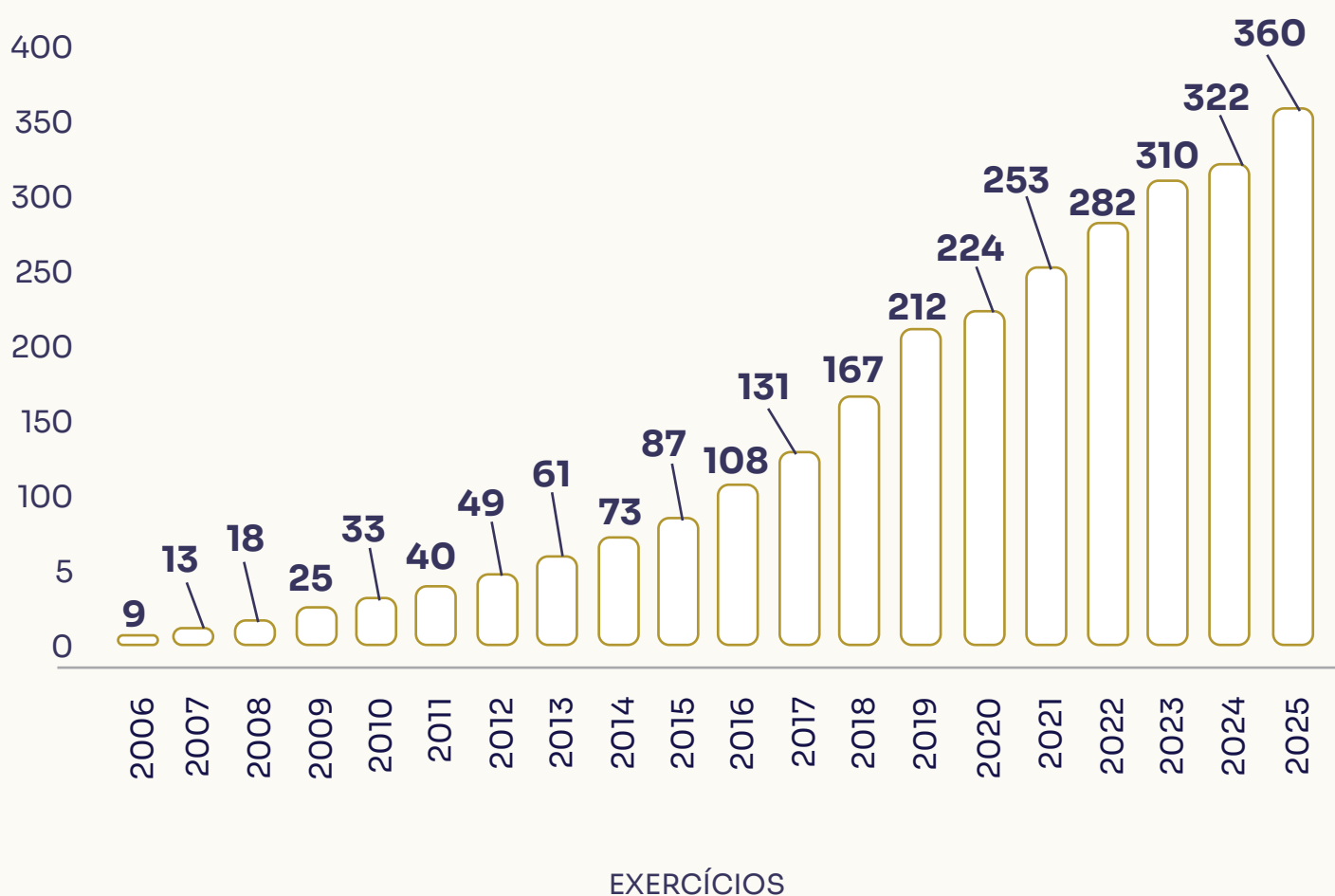
A carteira de investimentos do Plano Previdencial B apresentou, em 2025, um fluxo acumulado de R\$ 41.400.266,53, considerando a remuneração dos ativos financeiros menos despesas com investimentos. O superávit acumulado foi de R\$ 2.707.377,32.

O ativo total do Plano B atingiu R\$ 359.910.712,24 em dezembro de 2025. O montante representa uma evolução de 12% em comparação aos R\$ 321.560.152,40 registrados no fechamento de 2024.



EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

Em (R\$) Milhares



O Plano B encerrou 2025 com uma rentabilidade de 13,49%, alcançando 94% da sua meta de retorno (CDI), que fechou o ano em 14,31%.

Esse resultado superou o registrado em 2024, quando a rentabilidade foi de 4,23%. O desempenho refletiu, principal-

mente, a dinâmica da marcação a mercado dos títulos públicos, que pressionou negativamente, em especial, a parcela quotizável do Plano. Essa marcação a mercado impõe uma volatilidade indesejada aos Planos de Previdência Complementar Fechada, comprometendo o desempenho de curto prazo.



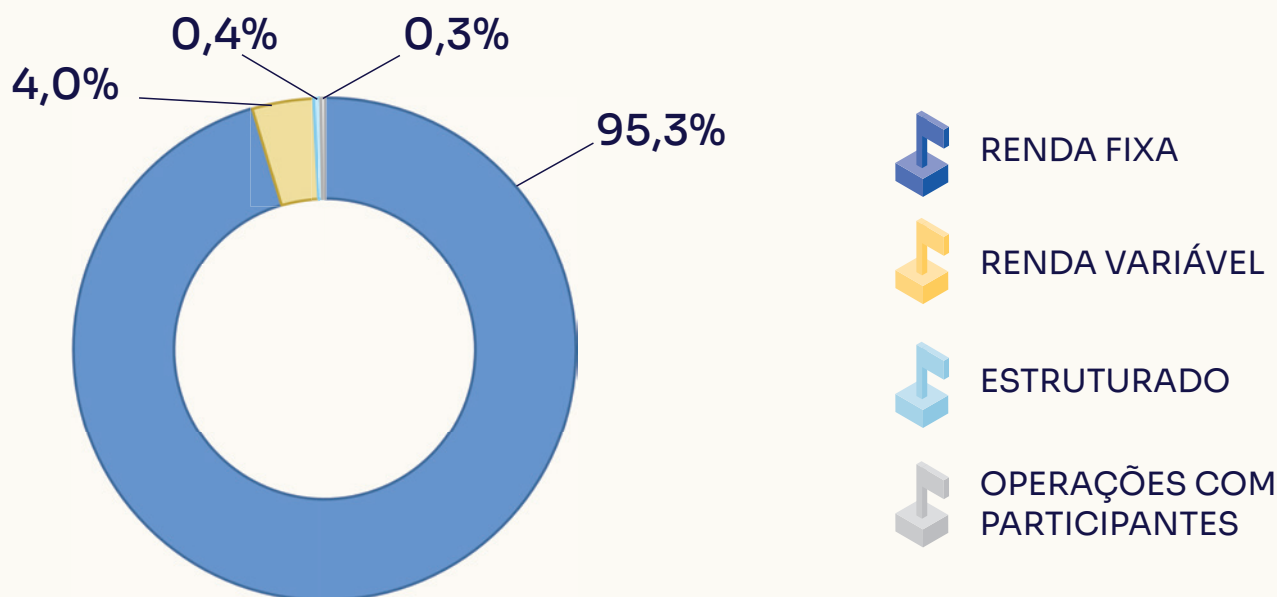
A melhora na performance a partir de 2025 reflete a entrada em vigor da Resolução CNPC nº 61, em 11 de dezembro de 2024. A norma permitiu que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) passassem a classificar seus títulos de acordo com o perfil de suas carteiras, reduzindo oscilações artificiais e adequando a volatilidade aos objetivos do Plano.

Cabe destacar que, na gestão de Planos de Contribuição Variável (CV), a PREVIRB adota a estratégia de manter os títulos

públicos federais até o vencimento, evitando perdas decorrentes de deságios em vendas antecipadas. Essa abordagem reafirma o compromisso da Fundação com o horizonte de longo prazo e com a diversificação das carteiras.

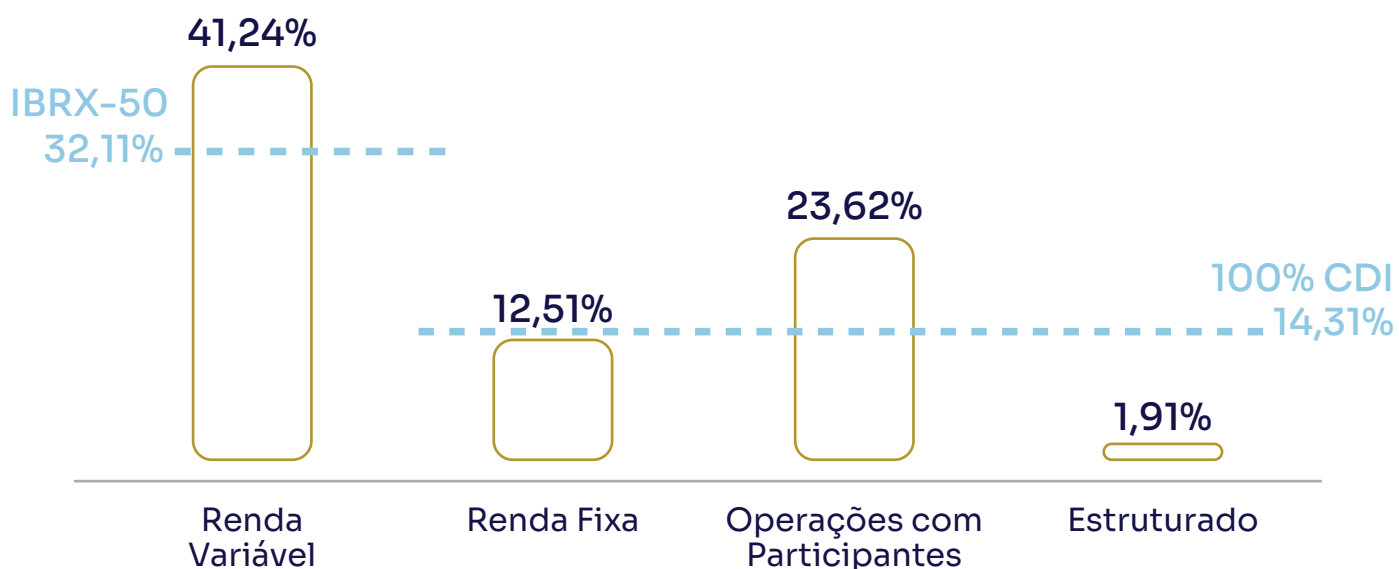
Todas as aplicações são realizadas com base na Política de Investimento do Plano, disponível no [site](#) para consulta dos Participantes, obedecendo os limites estipulados pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.

APLICAÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS (%)





RETORNO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS (%)



Assim como no Plano A, os investimentos em todos os segmentos de renda fixa e de renda variável da carteira do Plano B apresentaram resultados positivos em 2025, conforme demonstrado no gráfico anterior.

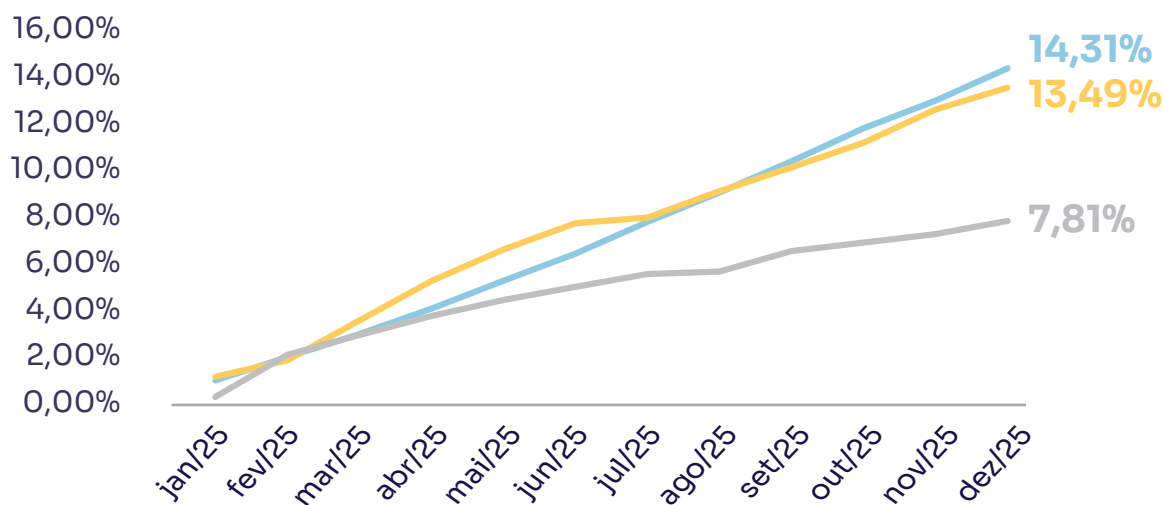




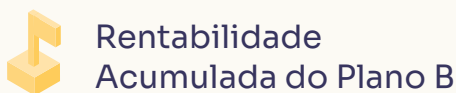
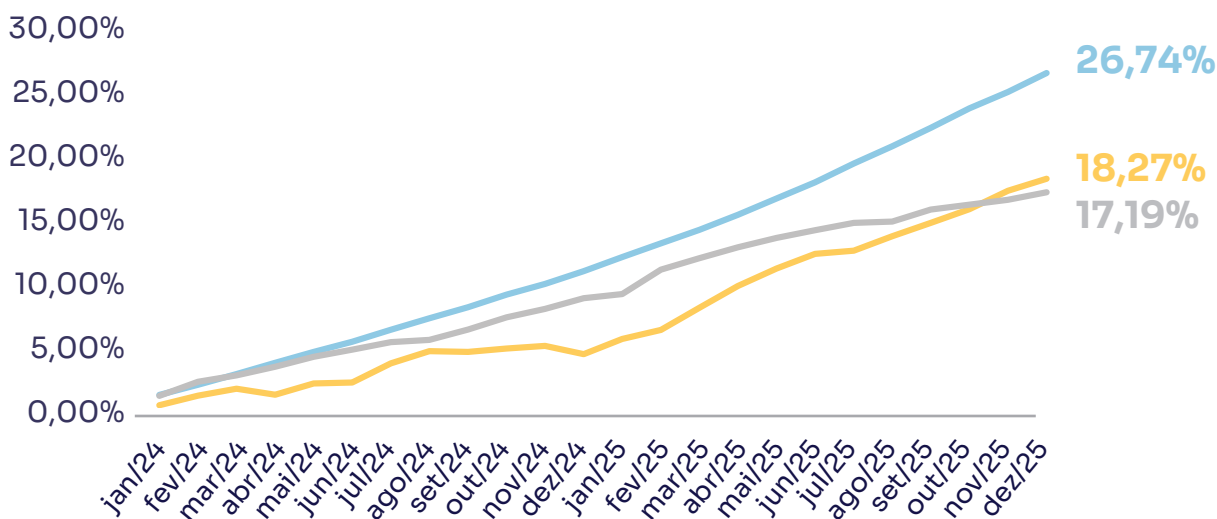
A PREVIRB ressalta que seus compromissos são de longo prazo, sendo fundamental avaliar sempre os resultados sob a perspectiva de períodos mais extensos.

Os gráficos a seguir demonstram os retornos obtidos em períodos de 12, 24 e 60 meses, comparando-os com a sua meta atuarial e com a variação do CDI.

12 Meses

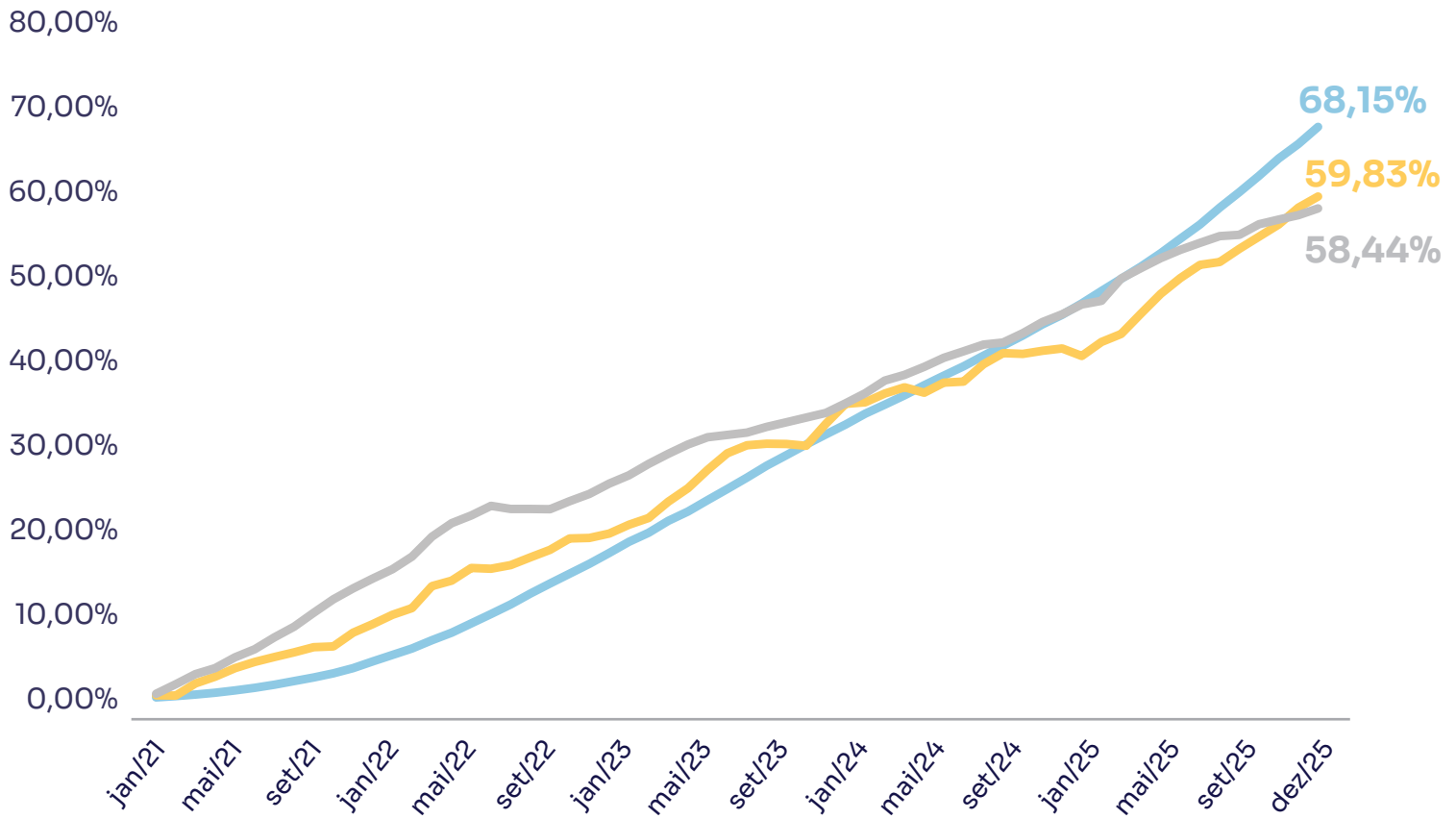


24 Meses





60 Meses



CDI Acumulado



Rentabilidade Acumulada do Plano B



Meta Atuarial Acumulada





Performance dos Segmentos – Plano Previdencial B

RENDA FIXA

Em 2025, o segmento se manteve como o carro chefe das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensão, refletindo a atratividade da taxa Selic — que encerrou o exercício em 15%, acima da taxa Selic terminal de 2024 (12,25%) e de 2023 (11,75%).

Assim como no Plano A, o segmento de Renda Fixa representa o maior percentual na carteira de investimentos do Plano B (95%), sendo composto por: títulos públicos indexados à inflação (68% do segmento), títulos públicos prefixados (4%), títulos privados (6%) e Fundos de Investimentos (22%).

A carteira encerrou o ano com um volume de R\$ 338 milhões e rentabilidade de 12,51%, o que corresponde a aproximadamente 87% do CDI (14,31%), seu *benchmark*. Esse desempenho foi diretamente influenciado pela dinâmica dos títulos marcados a mercado, respeitando o que determina a Resolução CNPC nº 43/2021 e suas alterações.

RENDA VARIÁVEL

O segmento de Renda Variável do Plano B encerrou o exercício com participação em 16 empresas de diferentes setores, exposição em torno de 4% do total dos investimentos, com um volume de aproximadamente R\$ 14 milhões.

No acumulado do ano, a carteira de ações do Plano apresentou retorno de 41,24%, superando em 28% o *benchmark* (representado pelo IBrX-50, que valorizou 32,11%).

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento de Operações com Participantes do Plano B encerrou o exercício de 2025 com 58 contratos de empréstimos, frente aos 62 registrados no ano anterior. Em termos financeiros, a carteira alcançou o volume de R\$ 950 mil, o que representa uma retração de 9% em comparação ao montante de R\$ 1,046 milhão verificado ao final de 2024.

Apesar da redução no volume e no número de contratos, a rentabilidade acumulada do segmento manteve-se expressiva, atingindo 23,62% no exercício — desempenho 65% superior ao seu *benchmark* (100% do CDI). No fechamento de 2025, a participação do segmento na carteira total de investimentos do Plano permaneceu estável em 0,27%.



Demonstrativos dos Investimentos do Plano Previdencial B

ENQUADRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÕES - PLANO PREVIDENCIAL B

SEGMENTOS	Exercício 2025		Exercício 2024		Plano de Aplicação 2025		Limite Legal
	%	R\$	%	R\$	Máximo		
					%	R\$	
RENDA FIXA	95,32%	337.652.576	95,69%	302.485.810	100,0%	354.241.593	100%
Títulos Públicos Federais	42,29%	149.810.279	44,86%	141.800.947	100,0%	354.241.593	100%
NTN's- Notas do Tesouro Nacional	38,73%	137.182.447	41,22%	130.283.980	-	-	-
NTNF's-Notas do Tesouro Nacional	3,56%	12.627.832	3,64%	11.516.967	-	-	-
Títulos Privados	5,90%	20.904.166	8,27%	26.148.751	80,0%	283.393.275	80%
DSTE's- Debêntures Simples	2,98%	10.551.431	4,82%	15.242.260	-	-	-
LF's- Letras Financeiras	0,55%	1.952.243	2,91%	9.213.565	-	-	-
CDB- Certificado de Depósito Bancário	2,37%	8.400.492	0,54%	1.692.926	-	-	-
Fundos de Investimentos	20,82%	73.748.775	14,24%	45.027.657	80,0%	283.393.275	N/A
Fundo Bradesco FI REF DI Premium	4,20%	14.876.035	2,71%	8.577.550	-	-	-
Safra Capital Market Premium FIC REF	3,60%	12.738.749	2,79%	8.820.143	-	-	-
Fundo Itaú High Grade RF CP FIC FI	4,88%	17.279.273	4,70%	14.856.892	-	-	-
Fundo Santander FIC FI INST. RF REF DI	4,48%	15.886.678	0,30%	957.550	-	-	-
BTG Pactual CDB I FIC FI RF CP	3,66%	12.968.040	3,74%	11.815.522	-	-	-
Fundo Exclusivo (Gestor: IRB Asset)	26,31%	93.189.356	28,32%	89.508.455	80,0%	283.393.275	N/A
PREVIRB-PLB (NTN-B's)	26,31%	93.189.356	28,32%	89.508.455	-	-	-
RENDA VARIÁVEL	3,89%	13.774.062	3,53%	11.153.477	25,0%	88.560.398	70%
À Vista- Carteira Própria de Ações	3,89%	13.774.062	3,28%	10.379.927	-	-	-
ETF- iShares BM&FBOVESPA Small Cap Fundo de Índice	-	-	0,24%	773.550	-	-	-
Estruturado	0,43%	1.525.290	0,36%	1.129.060	6,5%	23.025.704	20%
Bradesco Explorer FIP PE	0,43%	1.525.290	0,36%	1.129.060	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,27%	950.261	0,33%	1.046.411	5,0%	17.712.080	15%
VALORES A RECEBER	0,06%	225.253	0,05%	173.738			
Renda Variável	0,06%	225.253	0,05%	173.738			
Empréstimos	-	-	-	-			
REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS	99,97%	354.127.442	99,96%	315.988.496			
(+) Disponível	0,04%	131.815	0,04%	120.005			
(-) Exigível de Investimentos	0,00%	(17.664)	0,00%	(2.625)			
RECURSOS GARANTIDORES	100,00%	354.241.593	100,00%	316.105.876			

① Fundo BRADESCO EXPLORER FIP PE- aporte inicial realizado em 26/01/2023.

② Venda do fundo ETF em março/2025.



Gestão Terceirizada – Fundos

No quadro a seguir, são apresentadas informações complementares sobre os fundos de investimentos que compõem as carteiras dos Planos da Fundação, com posição em 30 de dezembro de 2025.

Cabe ressaltar que, a gestão terceirizada é realizada por agentes de reconhecida conduta e profissionalismo, além de pertencerem aos principais grupos financeiros do País.

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - Exercício de 2025 -							
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	GESTOR	DISTRIBUIÇÃO					
		Plano	SALDO	Participação s/ Total dos Recursos Garantidores dos Planos	Participação Sobre Total Terceirizado	Participação s/ Patrimônio do Fundo de Investimentos	
REFERENCIADO E CRÉDITO PRIVADO	BRADESCO FI REF DI PREMIUM	BRADESCO	A	13.341.702,12	0,50%	7,80%	0,07%
			B	14.876.034,99	4,20%	8,70%	0,08%
			PGA	949.759,43	2,66%	0,56%	0,00%
	BTG Pactual CDB I FIC FI RF CP		B	12.738.749,42	3,60%	7,45%	0,28%
			PGA	1.273.683,04	3,56%	0,74%	0,03%
	SANTANDER FIC FI INST. RF REF DI	SANTANDER	A	1.598.304,44	0,06%	0,93%	0,03%
			B	12.968.039,54	3,66%	7,58%	0,28%
			PGA	1.195.361,22	3,34%	0,70%	0,03%
	ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI	ITAÚ	A	56.729.857,89	2,14%	33,16%	0,33%
			B	15.886.677,83	4,48%	9,29%	0,09%
			PGA	1.660.503,63	4,64%	0,97%	0,01%
	SAFRA CAPITAL MARKET PREMIUM FIC REF	SAFRA	A	18.993.829,63	0,72%	11,10%	0,32%
B			17.279.273,16	4,88%	10,10%	0,29%	
PGA			1.582.515,81	4,43%	0,93%	0,03%	
TOTAL			171.074.292,15	5,62%	100,00%		

Política de Investimentos 2026-2030

No processo de planejamento de suas Políticas de Investimentos, a PREVIRB adota um horizonte estratégico de 60 meses, com revisões anuais, em estrita observância às diretrizes das Resoluções CMN nº 4.994/2022 e PREVIC nº 23/2023, bem como suas respectivas alterações.

Para o ciclo de 2026 a 2030, foram implementados os ajustes necessários para

alinhar a estratégia ao novo cenário econômico, mantendo-se, contudo, as diretrizes fundamentais de macroalocação dos recursos garantidores e as determinações das normas citadas no parágrafo anterior. Essas políticas estabelecem os parâmetros para a aplicação das reservas dos Planos administrados pela PREVIRB, fundamentando-se nas seguintes características principais:

PLANOS	CNPJ DOS PLANOS	CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB	META ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA
PLANO PREVIDENCIAL A - BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)	48.306.554/0001-48	1977.0001-18	100% da variação do INPC + 3,79% a.a.*
PLANO PREVIDENCIAL B - CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)	48.307.197/0001-32	2003.0019-56	100% da variação do CDI*
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	29.959.574/0001-73	-	100% da variação do CDI

* Para os benefícios definidos do Plano A e do Plano B (parcela mutualista), a meta atuarial foi definida como a variação do INPC + 3,79%. O índice de referência estabelecido na política para o Plano B (parcela quotizável) é o CDI.



Os itens a seguir se referem aos Planos Previdenciais A e B e ao PGA, e complementam as informações contidas no Capítulo IV, Art.19, da Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.

QUADRO DE PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS

DERIVATIVOS	APREÇAMENTO	PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS
<p>É permitida a utilização dos instrumentos derivativos que tenham como finalidade a proteção dos investimentos, desde que na modalidade “com garantia”, respeitando cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e alterações.</p>	<p>A metodologia para apuração deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela PREVIRB (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e suas alterações.</p>	<p>A Entidade adota ao longo da vigência da política, que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos de regras</p>





Quadro Resumo dos Limites e Meta/Índice de Referência

PLANO PREVIDENCIAL B

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE SUPERIOR
Renda Fixa	100%	81,00%	100,00%
Renda Variável	70%	14,00%	25,00%
Estruturado	20%	2,00%	6,50%
Imobiliário	20%	1,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	1,00%	5,00%
Exterior	10%	1,00%	1,50%





A Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações, determina que as Entidades designem o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), que será o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos e pela prestação de informações

relativas à aplicação desses recursos. Determina, ainda, a designação do administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o porte e a complexidade da Entidade. A seguir estão indicados o AETQ, o ARGR e o ARPB da PREVIRB.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO - AETQ

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
AETQ	081.162.557-54	MARCEL LEAL DA SILVA	DIRETOR FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS - ARGR

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARGR	089.746.157-62	THIAGO GOMES DO CARMO	SUPERINTENDENTE GERAL

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS - ARPB

FUNÇÃO	CPF	NOME	CARGO
ARPB	099.320.047-82	LEONARDO MARIANO BAPTISTA	DIRETOR DE BENEFÍCIOS

O ARGR da Fundação, após análise e avaliação, certifica a aderência dos seguintes riscos: de mercado, de crédito, de liquidez, legal, operacional, sistêmico, atuarial e de solvência, conforme indicado no quadro ao lado:

AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCO

TIPO	ADERÊNCIA
Risco de Mercado	✓
Risco de Crédito	✓
Risco de Liquidez	✓
Risco Legal	✓
Risco Operacional	✓
Risco Sistêmico	✓
Risco Atuarial	✓
Risco de Solvência	✓

As Políticas de Investimentos estão disponíveis na íntegra no [site](#) da PREVIRB para consulta pelos Participantes e Assistidos.



Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 3

Benefícios

Estatuto e Regulamentos - 25

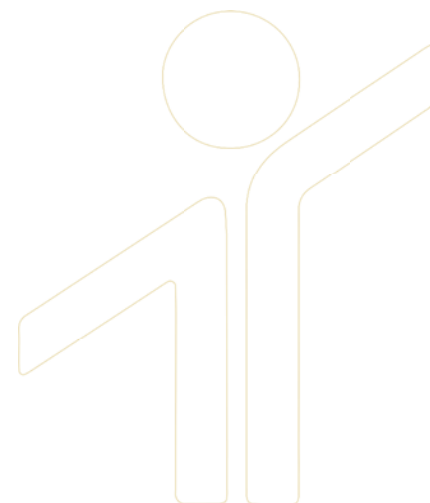
Gestão Previdencial - 26

Plano Previdencial B - 29

Recadastramento - 36



Estatuto e Regulamentos



ESTATUTO

Não houve alteração no Estatuto no exercício de 2025.

REGULAMENTO DO PLANO PREVIDENCIAL B

Não houve alteração no Regulamento do Plano Previdencial B no exercício de 2025.





Gestão Previdencial

REGRAS ATUARIAIS

Anualmente, deve ser realizada avaliação atuarial para a apuração e o registro do resultado dos Planos de Benefícios no balanço patrimonial, posicionada no encerramento de cada exercício.

Previamente à realização das avaliações atuariais, deve ser atestada, por meio de estudo específico, a aderência das hipóteses que serão adotadas.

A proposição e a validação das hipóteses adotadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios são de responsabilidade exclusiva do atuário do Plano, assim como a responsabilidade pela aprovação das hipóteses propostas compete aos membros estatutários da PREVIRB, sem prejuízo da responsabilidade atribuível a outros profissionais que tenham contribuído para a realização dos estudos.

ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

É determinado que toda hipótese atuarial utilizada na avaliação atuarial do Plano de Benefícios esteja embasada em estudo técnico de adequação.

Esse estudo é o instrumento técnico por meio do qual devem ser demonstradas, para cada Plano de Benefícios:

I - A convergência entre a hipótese de taxa real anual de juros e a taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores relacionados aos benefícios a conceder e concedidos, que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente; e

II - A aderência das demais hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de Participantes e Assistidos, bem como dos Plano de Benefícios.

Esse estudo tem validade geral máxima de 3 (três) anos, contados a partir da data de sua realização. Contudo, com relação à hipótese de taxa de juros real, o estudo técnico terá validade específica de 1 (um) ano.

Com o objetivo de mitigar o risco atuarial – definido como o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem ou se revelem pouco aderentes à massa de Participantes, bem como o risco decorrente do uso de metodologias que se mostrem inadequadas às características dos Planos – a PREVIRB acompanha, anualmente, o resultado dos testes de aderência das hipóteses.

Para o ano de 2025, optou-se por realizar, no Plano Previdencial B (Plano B), optou-se por realizar os seguintes testes:



Mortalidade Geral, Taxa de Juros, Fator de Capacidade, Crescimento Salarial, Rotatividade e Composição Familiar.

No Plano B, não foram testadas as hipóteses de Mortalidade de Inválidos e Entrada em Invalidez, por não haver eventos suficientes para a realização de testes na base. Também não foi testada a hipótese de Crescimento de Benefícios, pois o critério encontra-se definido no Regulamento e corresponde ao INPC.

Após a realização dos testes, as premissas foram avaliadas e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, em conformidade com a legislação vigente.

Dentre as premissas estudadas, destacam-se a tábua de mortalidade, utilizada para estimar a longevidade dos Assistidos que recebem benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia (RMV), e a taxa anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios futuros dos Planos.

A cada avaliação de encerramento de exercício, a PREVIRB monitora a evolução das massas de Assistidos e a com-

para com a massa esperada pela tábua de mortalidade adotada, com o objetivo de demonstrar que a tábua utilizada representa a realidade do grupo.

Com base no estudo de aderência realizado em 2025 para o Plano B, foi indicada a manutenção da tábua de mortalidade utilizada em 2024, qual seja: AT-2000 M&F (Suavizada em 10% e Desagravada em 10%).

Com relação à taxa anual de juros, no Plano B foi necessária a elevação da taxa, que passou de 3,76% a.a., utilizada nos últimos anos, para 3,79% a.a., a partir de dezembro de 2025. Tal mudança ocorreu por força de legislação, uma vez que o limite inferior do intervalo previamente aprovado pela PREVIC foi fixado em 3,79% a.a. Esta alteração também foi aplicada ao Plano A, com o intuito de manter ambos os Planos com a mesma taxa atuarial, prática adotada pela Fundação.

O **Plano B** é um Plano mais jovem, no qual a maioria dos Participantes está em fase de acumulação de contribuições. Os estudos técnicos concluíram pela manutenção de todas as hipóteses vigentes, com exceção da premissa de rotatividade, que foi ajustada de 9% para 5%.



Abaixo apresentamos as hipóteses aprovadas:

HIPÓTESES	PLANO PREVIDENCIAL B
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M&F (Suav. em 10% e Des. em 10%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85
Taxa de Juros Técnicos	3,79% a.a.
Fator de Capacidade	0,98
Projeção de Crescimento Salarial	2,00% acima do IPCA
Rotatividade	5,00%
Custo de Pensão	
Benefícios a Conceder	Família Padrão
Benefícios Concedidos	Família Real
REGIME FINANCEIRO E MÉTODO FINANCEIRO	Plano Previdencial B
Renda de Aposentadoria	Capitalização
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização e Sistema Misto
Pensão por Morte	Repartição de Capitais de Cobertura
Pecúlio por Morte	Repartição Simples
Auxílio-Funeral	Repartição Simples
Renda Temporária de Auxílio-Doença	Repartição de Capitais de Cobertura



Plano Previdencial B

Fatos Relevantes

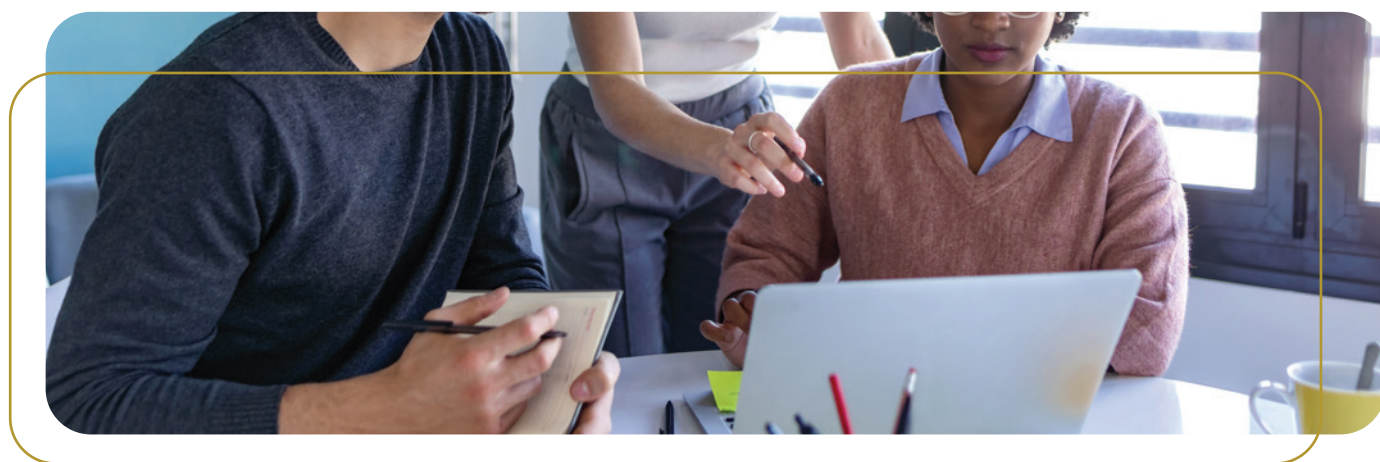
PDV (Programa de Demissão Voluntária)

No exercício de 2025, ocorreu o terceiro processo de PDV no Patrocinador IRB(Re). Em função disso, a Fundação re-

gistou os seguintes impactos:

Das 21 pessoas que aderiram ao terceiro PDV, 20 estavam inscritas na PREVIRB. A seguir, apresenta-se o quadro com as opções efetuadas pelos Participantes e o respectivo impacto de saída de recursos do Plano B:

Opção	Situação Atual		
	Participantes	Saldo de Contas	Impacto
Portabilidade	4	R\$ 4.082.054,69	R\$ 4.082.054,69
Saque	5	R\$ 927.774,19	R\$ 927.774,19
Resgate	3	R\$ 23.666,96	R\$ 11.883,48
Autopatrocínio	2	R\$ 1.060.559,64	-
RMV	1	R\$ 1.144.811,71	-
BPD	5	R\$ 336.245,28	-
Total Geral	20	R\$ 7.575.112,47	R\$ 5.021.662,36





Perfil dos Participantes

Conforme já mencionado, o Plano Previdencial B é um Plano jovem e apresenta maior dinamismo na entrada e saída de Participantes.

Ao final do exercício de 2025, o Plano contava com 660 Participantes, representando um aumento de 0,92% em relação a 2024, conforme demonstrado no quadro comparativo a seguir:

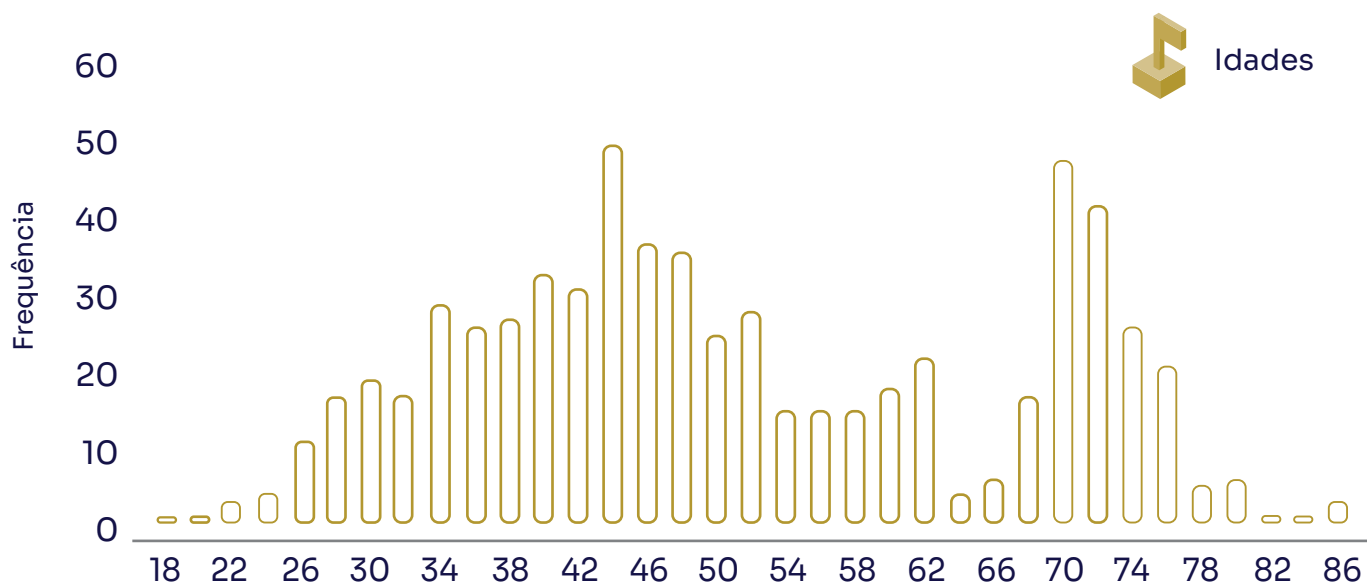
Participantes	2024	2025
Ativos	324	321
Autopatrocinados	138	131
Remidos	52	62
Assistidos	126	131
Pensionistas	14	15
Total	654	660



As idades dos Participantes estão compreendidas na faixa de 18 a 86 anos, apresentando uma média de 50,70 anos.

Plano Previdencial B

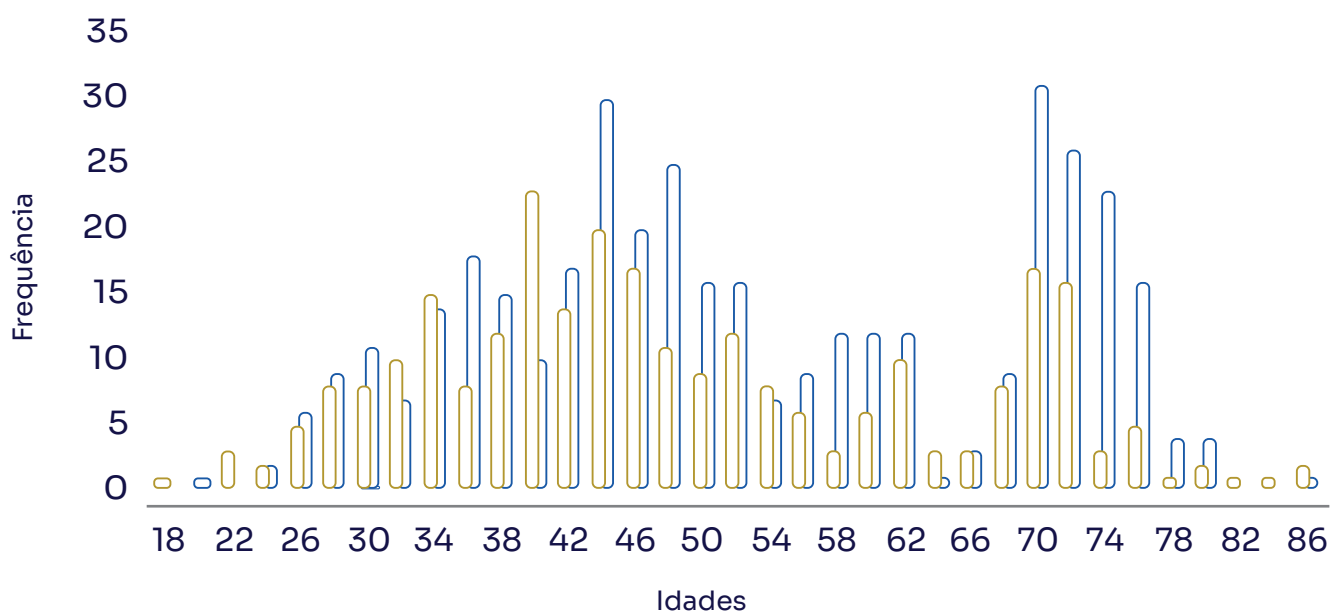
Distribuição de Participantes por Idade em 31/12/2025



A distribuição dos Participantes por sexo e idade mostra a predominância masculina na maioria das faixas de idade. No total, 58,6% são homens e 41,4% são mulheres.

Plano Previdencial B

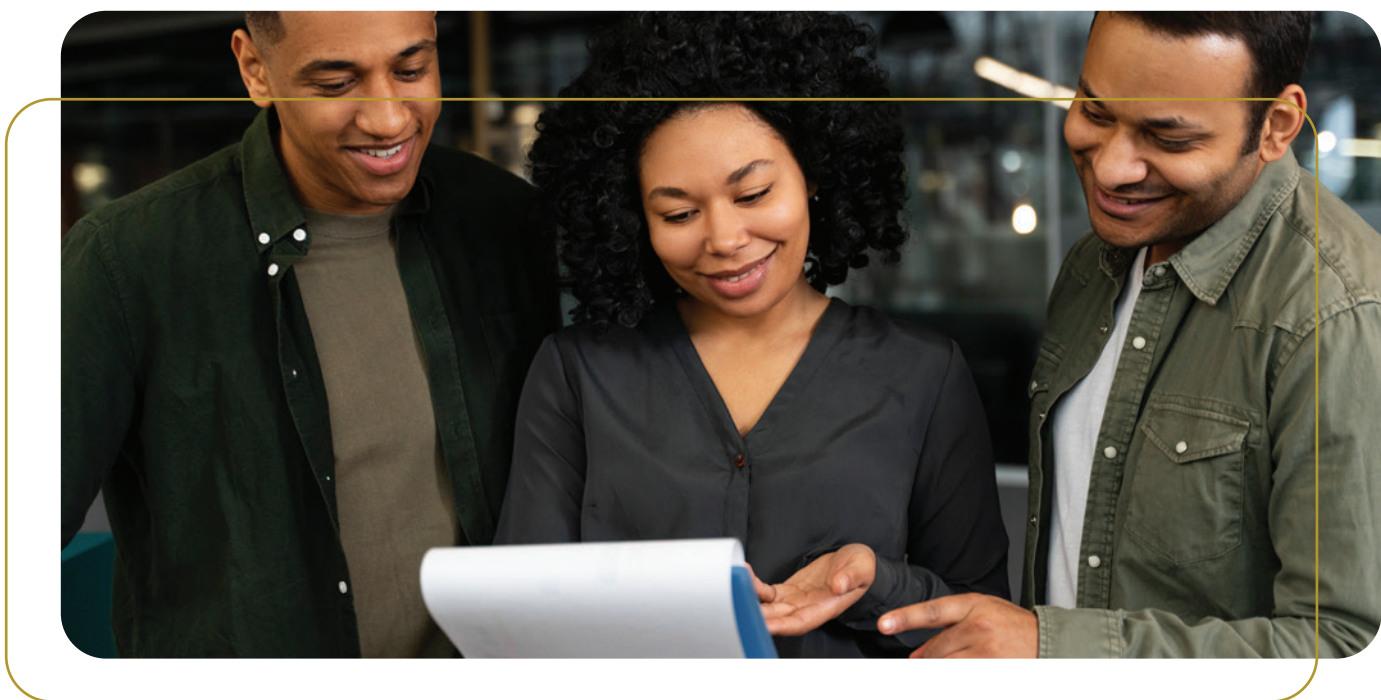
Distribuição de Participantes Assistidos por Idade e Sexo em 31/12/2025



Sexo Feminino



Sexo Masculino





Receita de Contribuições

As contribuições do Plano Previdencial B aumentaram 13,63% em relação ao ano anterior. O valor passou de R\$ 19,29 milhões para R\$ 21,92 milhões.

Essa variação nas contribuições previdenciais reflete a maior rotatividade existente no Plano B e o fato dele ser estruturado na modalidade Contribuição Variável, o que permite aos Participantes alterar seus percentuais de contribuição até duas vezes ao ano.

Além disso, o Plano de custeio vigente a partir de abril de 2025 também trouxe um incremento na contribuição destinada aos benefícios de Pensão por Morte, Pecúlio e Auxílio-Doença.

Despesas com Benefícios, Resgates e Portabilidade

As despesas com benefícios aumentaram 7,39% em relação ao exercício de 2024, passando de R\$ 7,58 milhões para R\$ 8,14 milhões.

Quanto à opção pelo Saque, houve uma redução de 37,72%, passando de R\$ 5,84 milhões para R\$ 3,64 milhões.

Observou-se, ainda, um aumento na saída de recursos por meio da Portabilidade, de 119,22%, passando de R\$ 5,88 milhões em 2024, para R\$ 12,89 milhões em 2025. O principal fator foi a oferta de programas de demissão voluntárias (PDV) pelo Patrocinador IRB(Re).

Fundos de Cobertura de Risco do Plano Previdencial B

Os Fundos Previdenciais do Plano apresentaram um aumento de 13,65% quando comparado ao exercício anterior. Esse resultado decorre do fato de que as contribuições e o retorno de investimentos superarem os sinistros ocorridos no período.

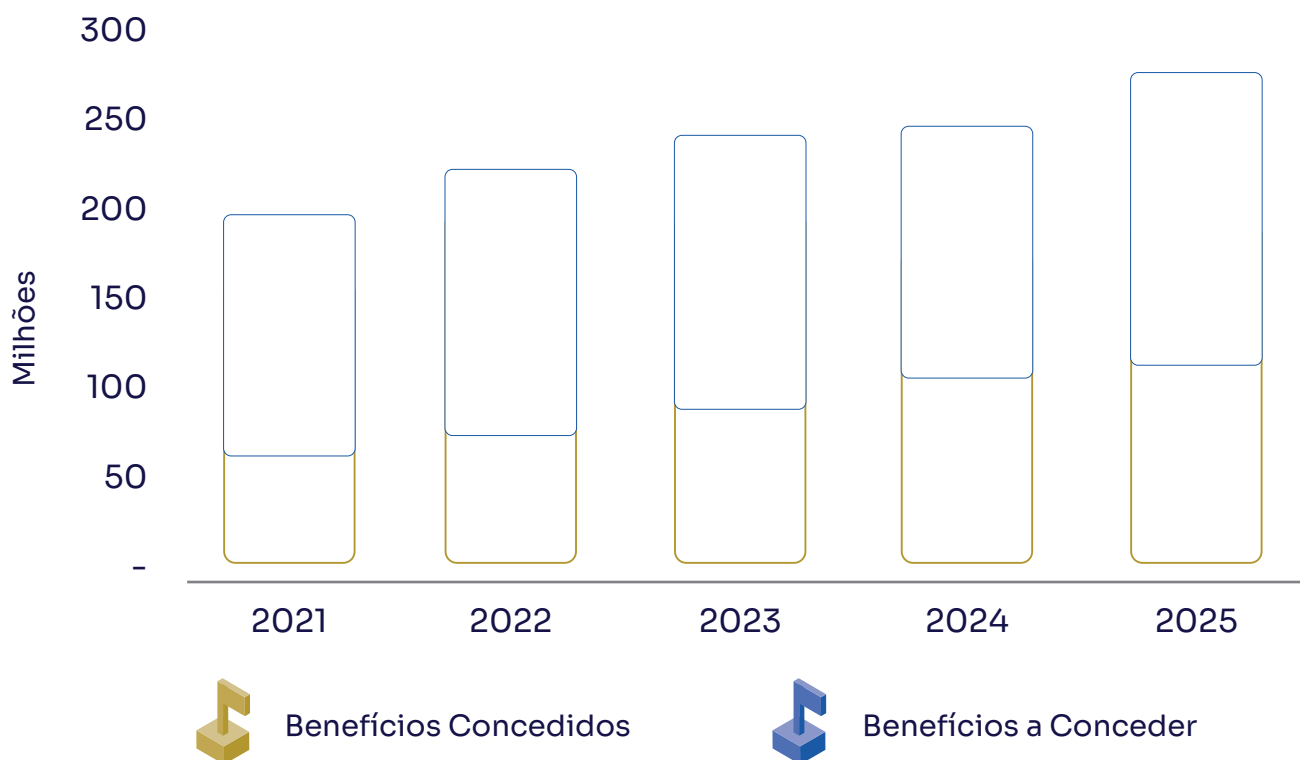
Fundo de Cobertura	dez/24	dez/25	Varição em Reais (A)	Varição em Reais (B)
Risco de Morte	R\$ 43.434.435	R\$ 48.511.885	5.077.449,72	11,69%
Auxílio-Doença	R\$ 1.119.703	R\$ 1.489.005	369.302,85	32,98%
Risco de Invalidez	R\$ 21.118.827	R\$ 24.636.399	3.517.572,23	16,66%
TOTAL	R\$ 65.672.965	R\$ 74.637.289	8.964.324,80	13,65%

Reservas Matemáticas

A Reserva Matemática global aumentou 12,12% passando de R\$ 246,7 milhões em 2024 para R\$ 276,6 milhões em 2025.

O gráfico a seguir evidencia a evolução das reservas matemáticas ao longo dos últimos cinco anos:

PLANO PREVIDENCIAL B





Reservas de Contingência e Especial

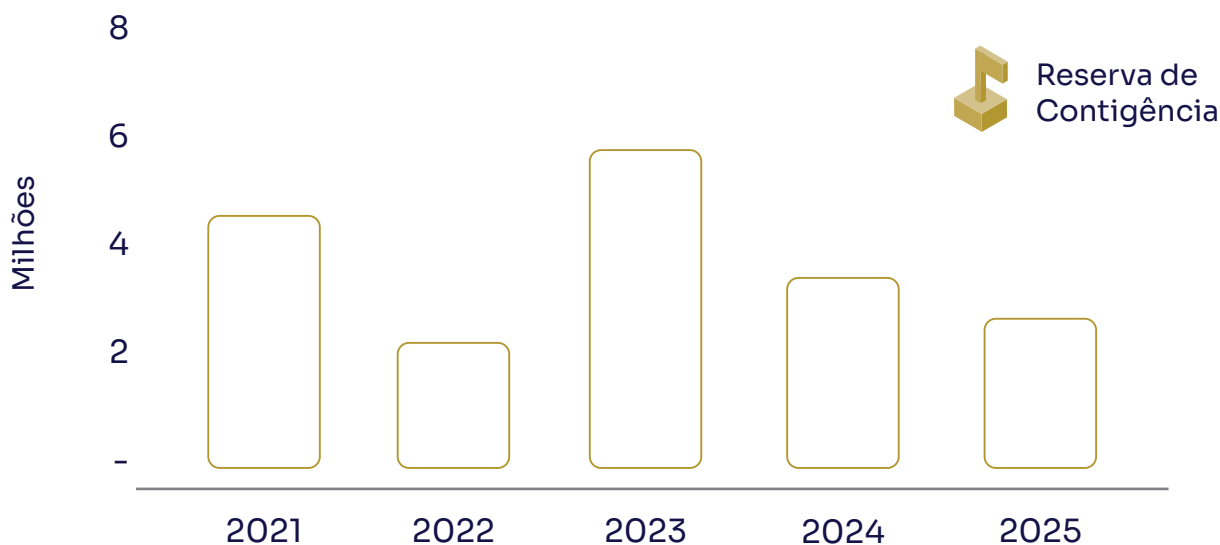
Ao final do exercício, a *duration* do Passivo, calculada pelo Atuário responsável, foi de 11,42 anos. Com isso, o resultado superavitário a ser destinado à constituição da Reserva de Contingência passou a ser de 21,42%, percentual máximo a ser aplicado na Reserva de Benefício Definido.

O Balanço Patrimonial revela que, ao

comparar as Provisões Matemáticas do Plano B – de R\$ 276,6 milhões – com o Patrimônio de Cobertura do Plano – de R\$ 279,3 milhões –, verifica-se um superávit técnico de R\$ 2,7 milhões, sendo esse valor alocado na Reserva de Contingência.

Destacamos que, no período representado no gráfico abaixo, a Reserva Especial foi nula.

PLANO PREVIDENCIAL B



Taxa de Adesão

A adesão ao Plano Previdencial B é facultativa e pode ser realizada a qualquer momento, desde que haja vínculo empregatício com um dos Patrocinadores do Plano.

Ao final do exercício de 2025, o índice de adesão ao Plano era de 89,6% do total de empregados dos Patrocinadores.

2021	90,07%
2022	86,96%
2023	88,64%
2024	88,73%
2025	89,60%



Recadastramento

É dever da Fundação garantir, de forma contínua, a confiabilidade, a atualização e a integridade do Cadastro de Participantes.

A qualidade dessa base de dados é fundamental para a precisão das avaliações atuariais, dos testes estatísticos e do acompanhamento das hipóteses que sustentam o planejamento dos Planos.

Para cumprir com esse dever, a Fundação realiza campanhas de Recadastramento, em regra, a cada dois anos. Além disso, os Participantes têm a liberdade de atualizar seus dados cadastrais a qualquer momento, pelo site (www.previrb.com.br), por meio do canal “Fale Conosco” ou envio de e-mail.

Historicamente realizado por meio de formulários físicos via Correios, o processo de recadastramento evoluiu para um modelo híbrido, especialmente após o período da pandemia. Essa transição para o ambiente digital permitiu maior agilidade e segurança, consolidando o uso de sistemas informatizados e do Portal da PREVIRB.

Em 2025, o processo de Recadastramento apresentou um avanço significativo, atingindo 74,53% da massa total de Participantes — um crescimento relevante frente aos 68,30% registrados em 2023. Na análise por Plano, observou-se que o Plano A obteve um índice de adesão de 78,12%, enquanto o Plano B registrou 67,23%.





PLANO A	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	1	1	100,00%
ASSISTIDOS	1.028	813	79,09%
PENSIONISTAS	292	218	74,66%
TOTAL PL. A	1.321	1.032	78,12%

PLANO B	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	505	338	66,93%
ASSISTIDOS	130	88	67,69%
PENSIONISTAS	15	11	73,33%
TOTAL PL. B	650	437	67,23%

PLANO A + B	Nº DE PARTIC.	Nº DE RECADASTRADOS	% DE RECADASTRADOS
PARTICIPANTES	506	339	67,00%
ASSISTIDOS	1.158	901	77,81%
PENSIONISTAS	307	229	74,59%
TOTAL GERAL	1.971	1.469	74,53%



Sumário

 **PREVIRB**

CAPÍTULO 4

Administração

Administração Geral - 39

Despesas Administrativas - 39

Fontes de Custeio - 40

Plano de Gestão Administrativa - 41

Evolução do Fundo Administrativo - 42



Administração Geral

Durante o exercício de 2025, a PREVIRB manteve sua estrutura atualizada e adequada para atender plenamente às suas necessidades operacionais. A Fundação encerrou o exercício com seu qua-

dro funcional contendo 19 empregados, distribuídos nas Gerências de Infraestrutura, Financeira e de Investimentos, de Seguridade e Atuária, além da Superintendência.

Despesas Administrativas

O Conselho Deliberativo é responsável por definir os critérios quantitativos e qualitativos para a realização de tais despesas, possibilitando a avaliação da relação entre a necessidade e a adequação dos gastos com os resultados obtidos.

Para o exercício de 2025, o limite máximo aprovado para o índice composto entre as Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores dos Planos foi de

0,45%. A Fundação encerrou o exercício apresentando o resultado de 0,43%.

Dos R\$ 12,938 milhões orçados, foram efetivamente gastos R\$ 12,937 milhões, representando uma variação de 0,01%.

A seguir, apresenta-se tabela com a evolução comparativa entre o total das Despesas Administrativas e os Recursos Garantidores nos últimos dois anos.

Em Reais

EVOLUÇÃO COMPARATIVA	2024	2025
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (A)	12.063.763	12.937.409
RECURSOS GARANTIDORES (B)	2.854.251.270	3.005.732.422
RELAÇÃO % (A / B)	0,42%	0,43%



Fontes de Custeio

Atualmente, está vigente o seguinte Plano de Custeio Administrativo:

(i) taxa de administração de 0,10% ao ano sobre o total dos investimentos do Plano A e do Plano B;

(ii) custeio administrativo dos investimentos para cobertura das despesas de investimentos dos Planos A e B;

(iii) taxa de carregamento nula para ambos os Planos Previdenciais A e B;

(iv) apropriação no PGA dos resultados positivos dos investimentos realizados, incluindo o retorno do próprio investimento dos recursos do PGA;

(v) rateio das despesas entre os Planos de forma proporcional ao tamanho do patrimônio de cada um deles, conforme regra de rateio anteriormente aprovada.

Em Reais

CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2024	2025
TAXA DE CARREGAMENTO	-	-
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EMPRÉST. FINANC.	27.370	37.291
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	9.189.955	9.528.096
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	2.714.104	4.647.059
OUTRAS RECEITAS	436.498	113.550
TOTAL DAS RECEITAS	12.367.926	14.325.995

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimentos, deduzidas das despesas específicas da Gestão Previdencial e dos Investimentos. As sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas ao/do Fundo Administrativo.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, e com aprovação do CONDEL, o Regulamento do PGA foi atualizado, com ajustes em conceitos, custeio e gestão do Fundo Administrativo. As mudanças reforçam especialmente a transparência, os indicadores de gestão e o controle orça-

mentário. A versão atualizada está disponível no [site](#) da PREVIRB.

A demonstração do PGA, apresentada a seguir, evidencia a relação entre receitas e despesas, bem como a destinação das sobras administrativas do exercício, que foram incorporadas ao Fundo Administrativo.

Observa-se que, após o período sem cobrança de taxas, a retomada da cobrança da taxa administrativa contribuiu para a recomposição e o crescimento do Fundo, fortalecendo a sustentabilidade do Plano.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	2025
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	31.075.199,40	32.357.004,73	33.967.662,37	36.620.564,01
1. Receitas Administrativas + Fluxo dos Investimentos	11.210.134,01	12.216.684,66	12.367.926,29	14.325.995,09
2. Despesas Administrativas	(9.928.328,68)	(10.606.027,02)	(12.063.763,43)	(12.937.409,92)
3. Atualização Contencioso	-	-	-	(1.582.893,92)
4. Constituição/Reversão de Provisões Contingenciais	-	-	2.348.738,78	(48.031,88)
= Constituição/Reversão de Fundos	1.281.805,33	1.610.657,64	2.652.901,64	(242.340,63)
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 1;2;3;4)	32.357.004,73	33.967.662,37	36.620.564,01	36.378.223,38



Evolução do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é utilizado para custear as operações e eventuais sobrecargas administrativas, quando as Receitas Administrativas, porventura, não forem suficientes.

No período de 2015 a 2017, o volume de recursos apresentou evolução positiva. A partir de 2018, observou-se trajetória decrescente, culminando em redução de 2,9% em 2020, em decorrência da suspensão da cobrança da taxa de carregamento, conforme estabelecido pela Resolução CONDEL nº 021, de 22 de julho de 2020.

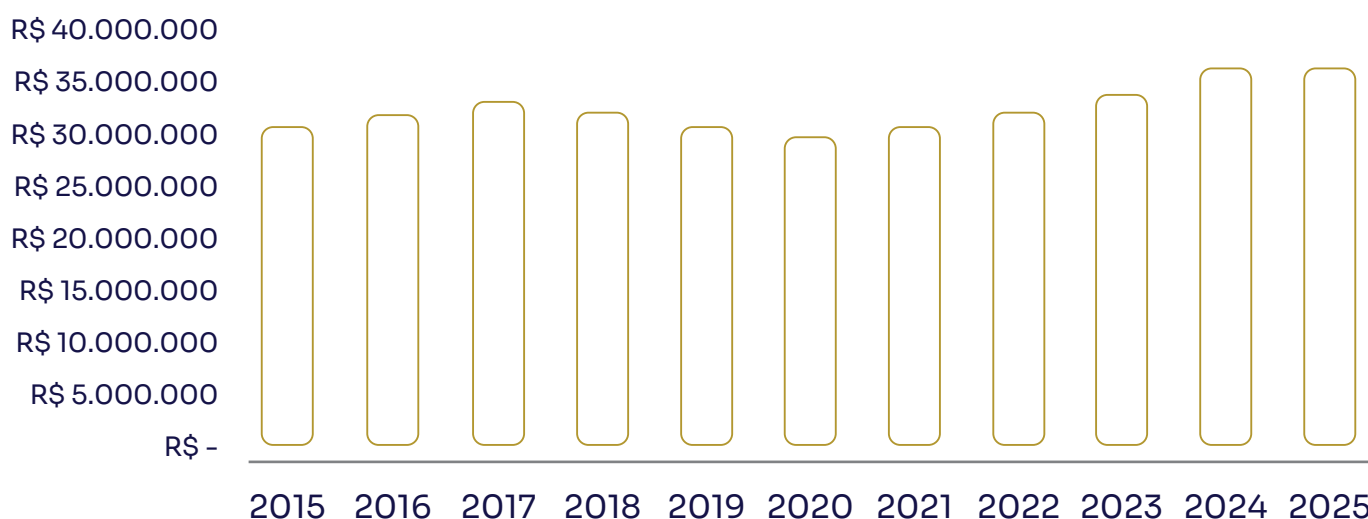
A partir de 2023, com a retomada da cobrança da taxa administrativa e a elevação da taxa Selic, que serve de referência

para os ativos do mercado financeiro, a rentabilidade alcançada com a aplicação dos recursos do PGA voltou a ser positiva, atingindo 12,29% em 2023 e 8,63% em 2024.

Em 2024, houve reversão de contingências administrativas no valor total de R\$ 2,34 milhões, o que impactou positivamente o resultado do Fundo, que atingiu R\$ 36,620 milhões, sendo esse o principal fator para o aumento observado no resultado naquele ano.

No exercício de 2025, o Fundo Administrativo totalizou R\$36,378 milhões, apresentando uma redução de apenas 0,6% em relação ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DO PGA





Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 5

Anexos

Anexos - 44



Clique nos links abaixo para baixar os arquivos e ver os documentos:

- Parecer Atuarial do Plano Previdencial B
- Parecer do Conselho Fiscal
- Parecer do Conselho Deliberativo





Sumário



 **PREVIRB**

CAPÍTULO 6

Glossário

Glossário - 46



Glossário

1. AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado): dirigente formalmente designado como responsável técnico pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos, bem como pela prestação de informações aos órgãos reguladores.

2. ARGR (Administrador Responsável pela Gestão de Riscos): profissional ou instância responsável por monitorar, avaliar e certificar a aderência dos riscos assumidos pela Entidade.

3. ARPB (Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios): responsável pela gestão e acompanhamento específico de determinado Plano de Benefícios.

4. Assistido: Participante ou beneficiário que já se encontra em fase de recebimento de benefício previdenciário.

5. Avaliação Atuarial: estudo técnico realizado anualmente por atuário habilitado para apurar provisões matemáticas, verificar o equilíbrio do Plano e registrar seus resultados no Balanço Patrimonial.

6. Balanço Patrimonial: demonstração contábil que apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data, geralmente ao final do exercício social. O Ativo reúne bens, direitos e aplicações de recursos. O Passi-

vo compreende as obrigações com Participantes e terceiros.

7. Benchmark: indicador de referência utilizado para medir o desempenho de uma determinada ação, ativo ou fundo de investimento.

8. Benefício a Conceder: benefício previdenciário cujo direito ainda será adquirido pelo Participante, condicionado ao cumprimento dos requisitos regulamentares.

9. Benefício Concedido: benefício previdenciário já iniciado e pago ao Assistido ou Pensionista.

10. Capitalização: regime financeiro no qual as contribuições acumuladas, acrescidas de rentabilidade, formam reservas para custear benefícios futuros.

11. Conselho Deliberativo (CONDEL): órgão máximo de governança da Entidade, responsável por decisões estratégicas e aprovação de políticas.

12. Conselho Fiscal (CONFI): órgão responsável por fiscalizar a gestão administrativa, financeira e contábil da Entidade.

13. Despesas Administrativas: gastos necessários à operação da Entidade, incluindo pessoal, infraestrutura, sistemas e serviços.



14. Despesas com Benefícios: valores pagos pelo Plano a título de benefícios previdenciários.

15. Demonstrações Contábeis: as Demonstrações Contábeis, também denominadas “Demonstrações Financeiras”, são uma apresentação estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma Entidade ao fim do exercício fiscal. O conjunto das demonstrações contábeis está descrito nas Notas Explicativas.

16. Demonstrativo de Investimentos: relatório que apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento, a rentabilidade obtida e a comparação com a meta atuarial e os limites legais.

17. Duration: termo da língua inglesa utilizado para definir o prazo médio ponderado de recebimento dos fluxos de caixa ou, no caso em questão, do fluxo de pagamento de benefícios.

18. Duration do Passivo: prazo médio ponderado das obrigações futuras do Plano, utilizado para mensurar sensibilidade a juros.

19. EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar): entidade sem fins lucrativos que administra Planos de Previdência Complementar destinados a empregados de empresas patrocinadoras.

20. Estatuto: documento que estabelece as normas de organização e funcionamento da Entidade.

21. Federal Reserve (Fed): Banco Central dos Estados Unidos, responsável pela política monetária do País.

22. Fontes de Custeio: mecanismos utilizados para financiar despesas administrativas e previdenciárias.

23. Fundo Administrativo: fundo destinado à cobertura de despesas administrativas e eventuais insuficiências.

24. Fundo de Cobertura de Risco: fundo previdencial destinado a cobrir eventos como invalidez ou morte.

25. Fundo de Investimento: ativo administrado pela Entidade, que será administrado de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, através da política de investimentos ou outro normativo.

26. Grupo de Custeio: conjunto de Participantes e Assistidos vinculados a regras específicas de financiamento e responsabilidade pelo custeio.

27. Hipóteses Atuariais: premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nos cálculos atuariais.

28. IBrX-50: Índice Brasil 50. Ele é um dos índices da Bolsa de Valores Brasileira que mede o desempenho das 50 ações mais negociadas.

29. IMA-B 5: índice que reflete o desempenho das NTN-Bs com prazo de até cinco anos.



30. IMA-B 5+: índice que reflete o desempenho das NTN-Bs com prazo superior a cinco anos.

31. IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo): principal indicador oficial de inflação no Brasil, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

32. IRF-M: índice da ANBIMA que mede o desempenho de títulos públicos prefixados – LTNs e NTN-Fs.

33. IRF-M 1+: subíndice do IRF-M que acompanha títulos públicos prefixados com prazo superior a um ano.

34. Marcação a mercado: metodologia que atualiza diariamente o valor de um ativo conforme seu preço de negociação no mercado.

35. Massa de Participantes: conjunto de Participantes e Assistidos vinculados a determinado Plano.

36. Método Financeiro (ou Método Atuarial): técnica utilizada para determinar contribuições e provisões necessárias ao custeio dos benefícios.

37. Notas Explicativas: são complementos às Demonstrações Contábeis, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa ou entidade.

38. NTN-B (Nota do Tesouro Nacional – Série B): título público federal indexado ao IPCA, que paga juros reais acrescidos da variação da inflação.

39. Parecer Atuarial: documento elaborado por atuário responsável, no qual este certifica o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios em determinada data, apresenta seus comentários técnicos, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do Plano.

40. Participante: pessoa física que adere ao Plano de Benefícios administrado por uma EFPC.

41. Patrocinador: empresa ou grupo de empresas que institui Plano de Previdência Complementar para seus empregados, por intermédio de uma EFPC.

42. PDV (Programa de Demissão Voluntária): programa oferecido por empresas que permite que os funcionários optem por deixar seus empregos voluntariamente, muitas vezes recebendo uma compensação financeira ou benefícios adicionais.

43. Pecúlio: benefício pago em parcela única, geralmente em caso de morte.

44. Pensão por Morte: benefício pago aos dependentes do Participante ou Assistido falecido.



45. Plano de Custeio: documento que define as contribuições necessárias para financiar benefícios e despesas.

46. Política de Investimentos: documento de periodicidade anual que estabelece diretrizes, limites e estratégias para aplicação dos recursos do Plano.

47. Portabilidade: transferência dos recursos acumulados para outro Plano previdenciário.

48. PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar): órgão federal responsável pela supervisão das EFPC.

49. Provisões Matemáticas: valor presente das obrigações futuras do Plano com Participantes e Assistidos.

50. Recursos Garantidores: ativos financeiros destinados a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários.

51. Regime Financeiro: modelo adotado para custeio dos benefícios, como capitalização ou repartição.

52. Repartição de Capitais de Cobertura: regime em que são formadas reservas específicas para cobrir integralmente determinados benefícios.

53. Repartição Simples: regime em que as contribuições arrecadadas no período são utilizadas para pagar os benefícios do mesmo período.

54. Reserva de Contingência: reserva para garantia de benefícios, correspondente ao resultado superavitário do Plano ao final do exercício, constituída após o atendimento das exigências regulamentares do Plano, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Provisões Matemáticas.

55. Reserva Matemática: valor presente das obrigações futuras do Plano com seus Participantes e Assistidos.

56. Reserva Especial: reserva para revisão do Plano de Benefício, sendo constituída com os valores excedentes da Reserva de Contingência.

57. Resolução CMN nº 4.994/2022: norma que estabelece diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC.

58. Resolução CNPC nº 43/2021: norma que dispõe sobre critérios de precificação e registro contábil de títulos e valores mobiliários pelas EFPC.

59. Resolução CNPC nº 61/2024: norma que permite a classificação de títulos de acordo com o perfil das carteiras, contribuindo para adequação da volatilidade.

60. Resolução CNPC nº 62/2024: norma que define regras para o PGA, incluindo custeio, gestão do fundo administrativo, orçamento, indicadores e transparência.

61. Resolução PREVIC nº 23/2023: norma que complementa as diretrizes



orçamento, indicadores e transparência.

62. Renda Fixa: segmento de investimento em que as regras de remuneração são definidas no momento da aplicação.

63. Renda Mensal Vitalícia (RMV): benefício pago mensalmente ao Assistido durante toda a sua vida.

64. Renda Variável: segmento de investimento cuja rentabilidade varia conforme as condições de mercado.

65. Rentabilidade: variação percentual positiva ou negativa obtida por um investimento em determinado período.

66. Risco Atuarial: risco de desequilíbrio do Plano decorrente da adoção de premissas que não se confirmem ao longo do tempo.

67. Rotatividade: taxa estimada de desligamento de Participantes antes da concessão do benefício.

68. Segurado: termo utilizado para designar o Participante ou Assistido coberto pelo Plano.

69. Sinistro: ocorrência de evento coberto pelo Plano que gera obrigação de pagamento de benefício.

70. Superávit: resultado positivo apurado quando o patrimônio do Plano é superior às Provisões Matemáticas.

71. Taxa de Juros Técnicos: taxa anual

utilizada nos cálculos atuariais para trazer a valor presente os pagamentos futuros de benefícios.

72. Taxa Real de Juros: taxa de retorno descontada a inflação.

73. Tábua de Mortalidade Geral: também conhecida como Tábua de Vida, Atuarial ou Biométrica. É uma tabela utilizada para estimar a expectativa de vida de determinado grupo de pessoas para o cálculo de valores de benefícios, como planos de previdência e seguros de vida. O cálculo é baseado a partir da análise demográfica de um conjunto de fatores, como: sexo, idade, profissão etc.

74. Taxa de Administração: percentual cobrado para custeio administrativo.

75. Taxa de Adesão: percentual de empregados elegíveis que aderiram ao Plano.

76. Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre contribuições destinado ao custeio administrativo.

77. Taxa Selic: taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Banco Central. Seu nome vem da sigla Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Serve como referência para outras taxas de juros, como as de empréstimos, financiamentos e investimentos, sendo o principal instrumento de política monetária do País para o controle da inflação.



ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

Telefone: (21) 2277.1999

Contato: www.previrb.com.br/fale-conosco

Site: www.previrb.com.br

Linkedin: [company/previrb](https://www.linkedin.com/company/previrb)

Funcionamento de segunda à sexta,
das 9h às 17h

CNPJ: 29.959.574/0001-73
Av. Marechal Câmara 160 Salas 1633/1634
Centro - Rio de Janeiro / RJ CEP: 20020-080

Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB